

Procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Código da Oferta na BEP - OE202109/0688

Ref. 11/2021 – Área do Litoral da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade

A Prova de Conhecimentos será escrita, realizar-se-á individualmente, com uma duração de 90 minutos, com tolerância de 20 minutos.

Será composta por 3 grupos de questões:

- Grupo I – 6 questões de escolha múltipla (1 valor cada)
- Grupo II – 6 questões de resposta direta (1 valor cada)
- Grupo III – 2 questões de desenvolvimento (4 valores cada)

Bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas de suporte:

- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação (do artigo 40.º ao 76.º e do artigo 108.º ao artigo 143.º):
https://dre.pt/web/quest/legislacao-consolidada/-/lc/117652694/201901140000/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice
- Código do procedimento administrativo (CPA) – Decreto-Lei n.º 4/2014, de 7 de janeiro, na sua atual redação (do artigo 3.º ao artigo 19.º e do artigo 121.º ao artigo 125.º):
<https://dre.pt/web/quest/legislacao-consolidada/-/lc/148081986/202109161453/73917190/diplomaExpandido>
- Regime Jurídico das autarquias Locais – Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação (do artigo 1.º ao 6.º e do artigo 23.º ao artigo 62.º):
<https://dre.pt/web/quest/legislacao-consolidada/-/lc/147103602/202109131325/73905374/diplomaExpandido>

- Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres: <https://dre.pt/application/file/a/117095112>
- Edital n.º 115/2000 - Regulamento Municipal da gestão das praias marítimas do Município de Torres Vedras: <https://dre.pt/application/file/a/151426623>
- Aviso n.º 12492/2019, de 6 de agosto de 2019 - Regulamento de Gestão das Praias Marítimas e do Domínio Hídrico do troço Alcobaça-Cabo Espichel: <https://dre.pt/application/file/a/123735642>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2019, de 11 de abril de 2019 - Aprova o Programa da Orla Costeira de Alcobaça-Cabo Espichel: <https://dre.pt/application/conteudo/122074192>
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio - Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos: <https://dre.pt/application/file/a/340313>
- Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro - Estabelece a titularidade dos recursos hídricos: <https://dre.pt/application/file/a/583915>
- Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade – Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, retificado pela Retificação n.º 53-A/2008, de 22 de setembro e alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 242/2015, de 15 de outubro e 42-A/2016, de 12 de agosto: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/114449631/202109221034/exportPdf/maximized/1/cacheLevelPage?rp=indice>
- Linhas de orientação estratégica e recomendações para a implementação de uma rede nacional de áreas marinhas protegidas, Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2019, 29 de agosto: <https://dre.pt/application/file/a/124283240>
- Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 49/2005 de 24 de fevereiro e 156-A/2013 de 8 de novembro - Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens). Revoga os Decretos-Leis n.os 75/91, de 14 de Fevereiro, 224/93, de 18 de Junho, e 226/97, de 27 de Agosto: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=3096A0007C&nid=3096&abela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=S&nversao

- Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, alterado pelo Decreto- Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto. - Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março: <https://dre.pt/application/file/a/124229686>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 4 de junho de 2021 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021: <https://dre.pt/application/file/a/170591877>
- Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015, United Nations: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf

Durante a realização da prova de conhecimentos é permitida apenas a consulta da legislação, sem anotações, devendo os/as candidatos/as interessados/as em fazer uso desta faculdade trazer cópia da mesma.